



CGJ

CORREGEDORIA GERAL  
DA JUSTIÇA DE ALAGOAS

Gabinete do Corregedor

PORTARIA Nº 1215, DE 24 DE SETEMBRO DE 2019.

**O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

**CONSIDERANDO** o preceituado no art. 5º, inciso LXXVIII, da CF/88, a determinar que a todos seja assegurada a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação no âmbito judicial e administrativo, bem como as diretrizes decorrentes do princípio da eficiência albergado no art. 37 da CF/88, cujo teor reclama a eleição de meios mais ágeis e menos onerosos para a consecução dos fins da Administração;

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 41 da Lei Estadual n. 6.564/2005 – Código de Organização Judiciária de Alagoas, a disciplinar que compete ao Corregedor-Geral da Justiça dirigir, coordenar, supervisionar e avaliar as atividades da Corregedoria-Geral da Justiça, órgão de orientação, fiscalização e disciplina das atividades jurisdicionais e auxiliares da justiça, com jurisdição abrangente de todo o território estadual;

**CONSIDERANDO** a solicitação encaminhada pelo Magistrado Luciano Américo Galvão Filho Juiz de Direito em substituição da 2ª Vara da Comarca de Penedo;

**CONSIDERANDO** o afastamento dos Oficiais de Justiça Avaliadores Alvani Pereira Silva e Elissandra Ferreira dos Santos Johanssom; e

**CONSIDERANDO**, por fim, a decisão proferida no bojo do Processo Administrativo nº 2019/14165,

**RESOLVE:**

Art. 1º LOTAR o servidor **Kleiner Santos de Santana**, ocupante do cargo efetivo de Analista Judiciário: área Oficial de Justiça Avaliador do Juizado Especial Cível e Criminal de Penedo, na 2ª Vara da correspondente Comarca, a partir do dia 30 de setembro do ano em curso, até o retorno de 1 (um) dos Oficiais afastados.

Art. 2º Deve ser suspensão, imediatamente a distribuição de mandados para o sobredito servidor, devendo este devolver, até o dia 27.09.19, os mandados judiciais remanescentes devidamente cumpridos ao Juizado Especial Cível e Criminal de Penedo, justificando caso devolva algum sem a devida efetivação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Diário Oficial Poder Judiciário

Publicado em Maceió, 25 de 09 de 2019

Laryssa Santiago Barbosa

Folha(s) 42-43

Des. Fernando Tourinho de Omena Souza  
Corregedor-Geral da Justiça